



# **DESAFIO 24H** **CESUPALAW** Hackathon Jurídico

---

**TEMPLATE DE CASO**

## DESAFIO 24 HRS CESUPA LAW

### TEMPLATE DE CASO

#### 1. NOSSO MUITO OBRIGADO!

Caros parceiros, primeiramente, agradecemos o apoio na parceria inovadora representada no nosso desafio 24 horas.

Trata-se de modelo de atividade acadêmica interligada com a realidade do mercado jurídico, e seu escritório foi escolhido como uma das mais representativas e inovadoras empresas do setor na nossa região, razão pela qual seu aceite é motivo de muita alegria para o CESUPA.

#### 2. ESTRUTURA GERAL DO TEMPLATE

- ✓ O Escritório parceiro deverá selecionar um caso concreto<sup>1</sup>, de *âmbito judicial, administrativo ou negocial*, na área do direito solicitada.
- ✓ É necessário que todos os casos enfrentados pelos times apresentem uma mesma linha de conformação quanto ao material enviado, apesar de não ser necessário uma mesma lógica interna de construção dos casos.
- ✓ A estrutura básica dos casos segue o seguinte padrão:

**1. Resumo do Caso:** um parágrafo identificando qual a temática do caso, sua complexidade jurídica e qual os problemas centrais a serem desenvolvidos pela equipe.

##### **2. Bloco de Documentos:**

**2.1. Narrativa:** Texto mais detalhado, contendo entre 03 e 10 laudas. O objetivo da narrativa é expor, de forma clara, qual a situação jurídica a ser enfrentada pelo grupo. A narrativa deve seguir uma ordem cronológica da lide/negociação. É possível e recomendável que, dentro do próprio corpo da narrativa, colacionar imagens, gráficos, vídeos em *QRCode*, partes de documentos e outros elementos visuais e auditivos que facilitem uma compreensão mais dinâmica da situação analisada. Recomenda-se a utilização do seguinte padrão de construção da narrativa:

**a) Introdução:** Texto em que se expõe de forma introdutória as bases do caso. Deve ser um texto mais longo que o Resumo do Caso.

**b) Contextualização do Caso:** Texto em que se expõe, de forma abstrata, o contexto jurídico/social/político do problema posto em análise. Deve-se fazer

---

<sup>1</sup> Os nomes e dados pessoais dos sujeitos envolvidos nos casos deverão ser modificados para nomes e dados hipotéticos.

referência ao ambiente geral que se coloca o caso. Por exemplo, em um caso que envolva um problema processual civil, a contextualização envolveria a existência de um novo código, as divergências interpretativas dos Tribunais, etc.

**c) Histórico e Situação Problema:** Texto em que se expõe de forma precisa a cronologia dos acontecimentos do caso. Ao final deve-se estabelecer o estado atual da situação problema, deixando claro aos grupos qual(is) a(s) questão(es) a ser(em) solucionada(s).

**2.2. Anexos:** Nos anexos devem ser apresentados todos os documentos, vídeos e demais elementos que não constem na própria narrativa, mas que sejam importantes ou indispensáveis à construção do caso. É possível anexar peças de autos processuais, por exemplo. Para maior facilidade na compreensão, os anexos devem ser referidos gradualmente no texto da narrativa, e deve constar uma listagem de anexos no início do bloco.

**2.3. Critérios de Avaliação:** Documento que será entregue aos times, funcionando como guia dos critérios gerais que serão avaliados pela comissão. Funciona como uma espécie de guia geral do que se espera que seja desenvolvido na solução do caso. A comissão deve definir o formato da solução desejada, por exemplo, a confecção de uma peça processual, redação de um memorial, resposta a perguntas específicas, etc.

- ✓ Todo o documento, incluindo os anexos, devem estar em apenas um arquivo em PDF;
- ✓ Para facilitar a construção do documento pelo seu escritório, segue abaixo protótipo geral do *template*.

[Primeira página do arquivo. Página de apresentação]



[Logomarca do escritório]

## **CASO 01 – O CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO SEGUNDO A TAXATIVIDADE MITIGADA**

[Nome atribuído ao caso]

### **Núcleo de Prática Jurídica do CESUPA**

[Identificação dos sócios e autores da construção do caso]

[Quebra de página]

### **I. RESUMO DO CASO**

É sabido que do Código de Processo Civil de 2015 buscou inovar no sistema recursal brasileiro. O principal objetivo foi a simplificação estrutural, com a atribuição de mais celeridade e eficácia da tutela em nível recursal. Uma das opções do legislador foi alterar a lógica de cabimento do agravo de instrumento, que passou a prever de forma taxativa as hipóteses de cabimento, contudo, a doutrina sempre foi dividida quanto ao acerto da escolha do legislador [...]

[Quebra de página]

## **2. BLOCO DE DOCUMENTOS: O CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO SEGUNDO A TAXATIVIDADE MITIGADA – NARRATIVA [03 até 10 laudas]**

### **2.1. Introdução**

É bem conhecida a complexidade histórica dos regimes brasileiros de recorribilidade das decisões interlocutórias. [Texto]

[Quebra de página]

## 2.2. Contextualização do caso

Após intensos debates doutrinários e políticos, fora aprovada a opção pela taxatividade das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, contudo, após a vigência do CPC, não tardaram situações em que, apesar do risco imediato inerente à decisão, não existia previsão expressa no CPC para o cabimento do recurso.

A doutrina ficou ainda mais dividida. [Texto]

[Quebra de página]

## 2.3. Histórico e situação problema

Cuida-se de recurso especial interposto por QUIM COMÉRCIO DE VESTUÁRIO INFANTIL LTDA. – ME com base nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra o acórdão do TJ/MT que, por unanimidade, negou provimento ao seu agravo interno, mantendo a decisão unipessoal que não conheceu do agravo de instrumento por ela interposto.

Recurso especial interposto em: 07/02/2017. (Anexo 1)

Atribuído ao gabinete em: 05/12/2017.

Ação: de rescisão contratual cumulada com reparação de por danos patrimoniais e morais, ajuizada pela recorrente em face de SHIRASE FRANQUIAS E REPRESENTAÇÕES LTDA., na qual alega a existência de descumprimento de contrato de franquia celebrado com cláusula de eleição de foro e de danos de natureza material e extrapatrimonial. (Anexo 2)

Decisão interlocutória: acolheu a exceção de incompetência ofertada pela recorrida e determinou a remessa do processo à comarca do Rio de Janeiro/RJ, por entender inexistente a alegada nulidade da cláusula de eleição de foro prevista no instrumento contratual celebrado entre as partes (fl. 63/65, e-STJ). (Anexo 3)

Acórdão do TJ/MT: por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, mantendo a decisão unipessoal que não conheceu do agravo de instrumento interposto pela recorrente, nos termos da seguinte ementa. (Anexo 04)

[Texto]

Nesse sentido, diante da narrativa fática exposta, incumbe ao grupo elaborar uma manifestação, na forma de memoriais, sustentando o cabimento do agravo de instrumento no caso concreto, levando em consideração toda a fundamentação histórica, jurídica e dos fatos concretos apresentados na narrativa.

[Texto]

### 3. ANEXOS

#### Anexo 01 – Recurso especial

[Quebra de página]

#### Anexo 02 – Decisão interlocutória

[Quebra de página]

#### Anexo 03 – Acórdão do TJMS

[Quebra de página]

MODELO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS DE CORREÇÃO ADOTADOS
USO DA NORMA CULTA: XXXXXXXXX (2.5 pontos)		
USO DE FUNDAMENTOS JURÍDICOS: XXXXXXXX (2.5 pontos)		
USO DE JURISPRUÊNCIA: XXXXXXXXX (2.5 pontos)		
ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: XXXXXXXX (2.5 pontos)		
PONTUAÇÃO FINAL		